

ELIAS KALLAS

**UM ESTUDO DE CASO SOBRE O DISCURSO DO
EMPREENDEDORISMO NO POLO TECNOLÓGICO DE
SANTA RITA DO SAPUCAÍ-MG**

**UNIVERSIDADE DO VALE DO SAPUCAÍ
POUSO ALGRE
2012**

ELIAS KALLAS

**UM ESTUDO DE CASO SOBRE O DISCURSO DO
EMPREENDEDORISMO NO POLO TECNOLÓGICO DE
SANTA RITA DO SAPUCAÍ-MG**

Dissertação a ser apresentada ao Curso de Mestrado em Ciências da Linguagem da Universidade do Vale do Sapucaí – UNIVÁS, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Linguística.

Orientadora: Profa. Dra. Telma Domingues da Silva.

**UNIVERSIDADE DO VALE DO SAPUCAÍ
POUSO ALEGRE
2012**

KALLAS, Elias.

UM ESTUDO DE CASO SOBRE O DISCURSO DO
EMPREENDEDORISMO NO POLO TECNOLÓGICO DE
SANTA RITA DO SAPUCAÍ/Elias Kallas – Pouso Alegre:
Univás / 2012.

(número de páginas) f.

Dissertação (mestrado) – Universidade do Vale do
Sapucaí, Univás, Mestrado em Ciências da Linguagem, 2012.

1. Análise do Discurso. 2. Empreendedorismo. 3. Polo
tecnológico. I. Um estudo de caso sobre o discurso do
empreendedorismo no polo tecnológico de Santa Rita do
Sapucaí-MG.

AGRADECIMENTOS

Aos meus familiares pelo estímulo de sempre. À minha orientadora, Professora Dra. Telma Domingues da Silva, pela permanente disponibilidade em prestar-me orientação oportuna e segura no desenvolvimento deste trabalho. À Professora Dra. Mirian dos Santos e ao Professor Dr. Lauro Baldini, pelo encorajamento na busca de referências acadêmicas que permitissem tratar de forma adequada o registro de uma longa vivência profissional no campo das relações universidade – empresa.

RESUMO

Este trabalho objetiva compreender o discurso gerado na academia e nas instâncias políticas dos governos do Estado de Minas Gerais e do Município de Santa Rita do Sapucaí, localizado no sul desse Estado, junto às transformações sociopolíticas e econômicas ali verificadas em decorrência do surgimento de um polo de tecnologias de eletrônica, telecomunicações e informática, com base no movimento do empreendedorismo instalado na região no século passado, a partir da segunda metade dos anos 70.

Acontecimento histórico que será abordado de uma perspectiva da linguagem, tendo como referência a concepção de discurso fundador proposta por Orlandi (2003). A autora reflete sobre a formação do Brasil na sua necessária relação de significação com o europeu, como esse colonizador dá sentido ao Novo Mundo e com isso vai instaurando “uma nova ordem de sentidos” (p. 13). Há na constituição do sujeito brasileiro uma necessária clivagem: “Divididos, diante do conhecido e do sem sentido, entre o que já tem uma história (uma memória) e o que resiste a um sentido que vem de fora” (p. 22).

ABSTRACT

This paper aims to understand the discourse generated in the academic community and political entities of the governments of the State of Minas Gerais, Brazil, and of the municipality of Santa Rita do Sapucaí, located in the southern region of that state, in the context of the social, economic, and political changes which have taken place in that city as a result of the emergence of a technology hub in electronics, telecommunications, and information technology based on the entrepreneurial initiatives seen there since the mid- and late 1970s.

That historical event is approached in the paper from the perspective of language studies, assuming as a reference the concept of a foundation discourse as proposed by Orlandi (2003), who reflects on the formation of Brazil in its necessary relation of meaning with its European settlers and how they attribute meaning to the New World, establishing a “new order of meanings” (p. 13). There is a necessary cleavage in the constitution of the Brazilian subject: “Divided, before that which is known and that which is meaningless, between having a history (a memory) and resisting a meaning which is originally foreign” (p. 22).

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	7
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	12
3 DESENVOLVIMENTO.....	19
3.1 Os coronéis do café e os discursos de transformação.....	19
3.2 A nova militância política.....	27
3.3 O contexto da academia.....	30
3.4 O empreendedorismo de base tecnológica.....	33
3.5 Emerge o discurso fundador.....	35
4 CONCLUSÃO.....	38
6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	40
7 ANEXOS.....	42

1. INTRODUÇÃO

Os Polos de Tecnologia, ou Habitats de Inovação na preferência de alguns autores, são fenômenos típicos da pós-modernidade, surgidos na esteira da revolução tecnológica do pós-guerra, a partir dos anos 50 do século passado, com o desenvolvimento e a universalização dos sistemas eletrônicos de processamento de dados e distribuição da informação. Uma revolução que sinalizava, desde logo, desafios e oportunidades para a globalização econômica, a regionalização dos mercados e a preservação cultural das nações do mundo (SPOLIDORO, 1997).

A preocupação com o aproveitamento racional de uma estrutura de produção, ampliada e fortalecida no ambiente da guerra sob padrões diferenciados de gestão macroeconômica, ora privilegiando a ação do Estado, ora sustentando a precedência da iniciativa privada num ambiente de mercado livre, estimulou o aprofundamento das relações entre empresas e academia, aumentando os investimentos em pesquisa e desenvolvimento tecnológico e estimulando a busca da inovação e da qualidade total em produtos e serviços.

Perpassando a discussão em torno desses dois modelos de gestão macroeconômica, vemos a antiga e sempre atual questão da distribuição da renda social, sustentada na radicalização ideológica entre o concentracionismo e o distributivismo, mas já exposta aos primeiros impactos de uma mudança que começava a aproximar e a integrar organicamente os ambientes da produção econômica e da geração e difusão do conhecimento científico, preparando a emergência da sociedade da informação.

Especulações acadêmicas e experiências concretas de um relacionamento interativo entre empresas e universidade, desde há muito, têm sido arroladas e comentadas em trabalhos de estudiosos do assunto. Mas tudo indica que foi somente a partir do marco histórico da revolução da informática, iniciada no imediato pós-guerra, que essa tendência tomou corpo e passou a ser documentada e referenciada regularmente na literatura científica. As regiões da costa oeste dos Estados Unidos e do sul da França teriam sido as primeiras a revelar ao mundo experiências vigorosas nesse relacionamento.

No Brasil, o registro histórico das atividades de pesquisa e desenvolvimento tecnológico está referenciado numa obra comemorativa dos 50 Anos do Conselho Nacional de Pesquisa – CNPq, que mostra os caminhos trilhados por todos os que se deram ao desafio de promover uma aproximação estratégica do setor empresarial com a universidade, que tomou

corpo a partir do segundo governo Vargas, com a emergência de um discurso nacionalista sobre a questão energética, com o petróleo à frente (MOTOYAMA, 2002).

Discurso carregado nas cores de um protesto político de Getúlio Vargas contra os movimentos encetados pelo governo americano para a derrubada do seu governo ditatorial, que, mais à frente, revestiu-se de uma linha de pensamento estratégico, no período do chamado governo desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek (1956 a 1959), dando início à segunda fase do processo de industrialização do país (SEVCENKO, 2007).

Esse é, de fato, o período em que surgem as primeiras experiências brasileiras de aproximação do setor empresarial com a universidade, quando da implantação da indústria automobilística, da instalação das empresas montadoras de aparelhos de televisão e, definitivamente, com o início da importação dos primeiros sistemas de processamento de dados à base de válvulas e, depois, de circuitos integrados que substituíram os sistemas eletromecânicos de processamento, presentes na administração pública e nos vários segmentos da economia nacional desde o final dos anos 20 do século passado.

Estabeleceu-se aí o marco da “tropicalização” das experiências americanas e europeias de interação e integração das empresas às escolas, resultante da forte demanda da indústria nacional por pessoal qualificado para os seus quadros funcionais, momento em que a cultura das grandes corporações experimentava o impacto das novas tecnologias de informação. Uma atividade que se despia, ali, do seu caráter meramente burocrático para alçar o nível do gerenciamento estratégico na estrutura organizacional das empresas (QUEIROZ, 2007).

Desse processo resulta a quebra de uma histórica desconfiança de ambos os lados. A universidade, que até então se preservara como instância crítica de uma economia de mercado acumuladora e concentradora de renda, e as empresas, por sua vez, incrédulas quanto às possibilidades de adaptação a um ambiente hostil e arredio às exigências e urgências de um mercado em expansão, se descobrem capazes de colaborar mutuamente, abrindo espaço para as primeiras experiências de empreendedorismo de base tecnológica no país.

No caso brasileiro essa mudança decorreu também da míngua de recursos orçamentários governamentais, provisionados para as atividades de pesquisa e desenvolvimento àquela época. Basta lembrar aqui os avanços e recuos no processo de criação e consolidação de um Ministério da Ciência e Tecnologia desde os anos 1950. De outro lado, convinha aos investidores estrangeiros, orientados por uma política de expansão de mercados, à base da descentralização de suas operações fabris, uma interação mais forte com estruturas consolidadas de ensino e pesquisa, de onde pudessem recrutar bons

profissionais, formando capital humano qualificado para um ambiente de produção tecnologicamente mais sofisticado.

O sudeste do país foi a região que revelou experiências mais vigorosas de interação entre a escola e a empresa, especialmente o eixo Rio/ São Paulo/ Belo Horizonte e suas respectivas áreas metropolitanas. A Universidade de São Paulo, USP; a Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ; a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, PUC Rio; a Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP; o Instituto Tecnológico da Aeronáutica, ITA e a Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG são referências obrigatórias nessa questão (GUEDES, 1997).

Todavia, para além das capitais e áreas metropolitanas, algumas cidades do interior como São Carlos e Ribeirão Preto, no Estado de São Paulo; Campos, no Rio de Janeiro; Londrina, no Paraná; Campina Grande, na Paraíba; Juiz de Fora, Lavras, Uberlândia e, particularmente no caso em estudo, Itajubá, em Minas Gerais, com os seus centros de competência tecnológica já consolidados, favoreceram consideravelmente a articulação do setor empresarial com a universidade. De fato, até por uma imposição de ordem metodológica de se buscar a racionalidade do processo de formação e consolidação do Polo Tecnológico de Santa Rita do Sapucaí, há que se reconhecer o papel desempenhado pela então Escola Federal de Engenharia de Itajubá – EFEI, hoje Universidade Federal de Itajubá – UNIFEI (GUEDES, idem).

Tanto a ação visionária de Sinhá Moreira, nascida Luzia Rennó Moreira, no campo da educação profissionalizante de nível médio, de criar a primeira escola técnica de eletrônica da América Latina em Santa Rita do Sapucaí, como a determinação política do prefeito da cidade, Paulo Frederico Toledo, anos à frente, de mobilizar e fortalecer o nascente movimento do empreendedorismo de base tecnológica das escolas locais em resposta ao desafio do desemprego no município, devem o seu sucesso, em grande parte, à cultura acadêmica que a UNIFEI, através de muitos de seus professores, transplantou para essas escolas. Não se pode, da mesma forma, omitir a influência decisiva do modelo de educação jesuítica na formação dos alunos das escolas locais (NUNES, 2000).

A Escola Técnica de Eletrônica Francisco Moreira da Costa, ETE-FMC, fundada em 1958, demarca o processo de transformação da economia local, até então sustentada na produção do café e do leite, numa economia também de serviços e focada na formação de pessoal técnico qualificado para o segmento da indústria eletroeletrônica; na sequência, o Instituto Nacional de Telecomunicações, fundado em 1965, voltado para as tecnologias de telecomunicações, comunicação e informação, e a Faculdade de Administração e Informática,

FAI, fundada em 1970, voltada para as tecnologias de gestão, fortalecem de forma consistente todo esse processo.

Consolidada assim como um centro de formação de pessoal técnico para as áreas de telecomunicações, eletrônica e informática, e gozando de indiscutível prestígio junto aos governos do Estado e da União e às grandes empresas daqueles segmentos da economia nacional, a cidade chega ao final aos anos 1970 preparada para fazer deslanchar o movimento do empreendedorismo de base tecnológica, entre as duas grandes crises mundiais do petróleo, período marcado pela redução dos investimentos em vários setores da economia e pela retração do mercado de trabalho, sobretudo para profissionais de engenharia.

Para a realização da análise no presente trabalho, foi constituído um corpus com jornais da época. Foram selecionados alguns excertos que documentam esta dissertação, que circularam no período compreendido entre 1958, ano da criação da Escola Técnica de Eletrônica Francisco Moreira da Costa, e 1963, ano do falecimento de Sinhá Moreira, contendo um noticiário que revela não apenas a preponderância da agropecuária na economia local dessa época, mas, de uma forma até surpreendente, as entusiásticas manifestações de apreço e compromisso da aristocracia rural para com uma iniciativa de indiscutível poder de transformação dessa realidade que deveria colidir, necessariamente, com os seus próprios interesses.

Também faz parte desse corpus o livro comemorativo dos quarenta anos de criação do Instituto Nacional de Telecomunicações – INATEL, em 1965, com depoimentos de lideranças de sua própria comunidade acadêmica e da comunidade local, testemunhando todo o vigor do envolvimento das figuras mais representativas dessa mesma classe dominante no esforço de se aprovar, junto ao governo federal, a instalação desse Instituto em Santa Rita do Sapucaí, o primeiro de um conjunto de quatro institutos previstos para todo o país, no início do ciclo de governos militares. Iniciativa mais do que pretensiosa, diga-se de passagem, e sem se fazer também qualquer concessão ao humor numa dissertação de mestrado, para uma cidade que naquele momento não dispunha, senão, de uma pequena sala, localizada quase à frente do portal de entrada do cemitério local.

A partir da análise de discurso, tomamos essa “documentação” enquanto um conjunto de textos através dos quais podemos perceber os *processos discursivos* em jogo, as formações discursivas e formações ideológicas correspondentes. Não se vê o texto como um documento que ilustra os sentidos já construídos em outro lugar e, mais uma vez, referindo-se a Michel Foucault, Orlandi diz que o texto deve ser visto como o momento em que a própria

textualidade traz nela mesma toda a sua historicidade, ou seja, o modo como os sentidos se constituem, considerando a exterioridade inscrita nela e não fora dela.

Orlandi (2003) analisa, enquanto discursos fundadores de uma discursividade sul-americana e brasileira, duas lendas sobre a conquista do território americano pelos europeus: a lenda do Eldorado e a lenda das Amazonas. Essa análise nos mostra a complexidade da relação simbólica e imaginária que o sujeito produz para com o fato e as personagens históricas: “é interessante observar a porção de realidade que cada uma dessas lendas propõe e o conseqüente movimento entre essa realidade, o fantástico e a ideologia” (p. 17).

Não se trata aqui de tomar narrativas ficcionais, como a lenda, mas alguns elementos em torno da instituição da cidade de Santa Rita do Sapucaí enquanto polo tecnológico. Entre estes, destacamos a figura de Sinhá Moreira, que integra as narrativas sobre a criação do polo como sua pioneira. Retomando ainda Orlandi (2003) sobre o discurso fundador:

“E aí está a marca – discursiva, não conteudista – do discurso fundador: a construção do imaginário necessário para dar uma ‘cara’ a um país em formação; para constituí-lo em sua especificidade como um objeto simbólico” (p.17).

No caso do presente trabalho, trata-se de compreender melhor as condições em que se deram as transformações sobre a identidade da cidade de Santa Rita do Sapucaí, compreender a articulação de uma história sobre um determinado município no sul de Minas, que sai de uma economia agrária para uma industrialização de produtos de tecnologia avançada, como fundação de uma nova ordem de produção de sentidos. E ainda, entre o real das mudanças e o imaginário que atravessa e constitui a relação do sujeito com essa história específica, procuro poder contribuir para uma reflexão sobre a sociedade brasileira.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

O desenvolvimento desta dissertação reclama, necessariamente, um referencial teórico para as questões que perpassam o presente trabalho. A partir dos pressupostos da análise de discurso, procuremos compreender as *condições de produção* (PÊCHEUX, 1988) de um *discurso fundador* (ORLANDI, 2003) para a cidade de Santa Rita do Sapucaí enquanto polo tecnológico, tendo em vista as *formações ideológicas* (PÊCHEUX, 1990) da aristocracia rural e da burguesia, que constituem a trama discursiva em que se produz a sociedade, nesse contexto local, pelo atravessamento de diferentes *formações discursivas* (ibidem) em movimentos de confronto e de aliança que, ao longo de um processo histórico-discursivo, vão produzindo articulações diversas nos diferentes momentos. No sentido da estruturação e consolidação de Santa Rita enquanto polo tecnológico, no terreno político institui-se uma aliança que parte dos interesses conflitantes para convergir no terreno das conveniências mútuas.

Partimos então das reflexões de Orlandi (2003) e de Pêcheux (1990). Os trabalhos desses dois autores são tomados aqui como balizas de todo o desenvolvimento que se segue, nos seus aspectos mais relevantes. De um lado, o momento em que aflora a visão de futuro do projeto educativo de Sinhá Moreira, na forma de um discurso que demarca toda a sua potencialidade de transformação social e, de outro, um pouco adiante, o momento em que, partindo de duas formações ideológicas distintas, diferentes posições-sujeito na sociedade de Santa Rita se deparam com o desafio de produzir a mudança, acomodando os seus próprios interesses, mas deixando à vista a problemática teórica da luta de classes da perspectiva dos estudos da linguagem proposta por Pêcheux.

Trilhando o desenvolvimento teórico de Orlandi, o presente trabalho tem como proposta fazer uma leitura do modo como se produziu uma identidade para a cidade de Santa Rita do Sapucaí enquanto polo de tecnologia, através de uma compreensão dos discursos que estruturaram e vêm sustentando o fenômeno da sua criação, num ambiente socioeconômico e político que não se identificava com um projeto dessa natureza. O relato desse processo mostra formações discursivas que, preservando os interesses das classes sociais que as engendraram, fizeram surgir enunciados que constroem uma identidade histórica.

Todo discurso é susceptível à análise do seu funcionamento, provido que se aborde a relação do que é linguístico com a exterioridade, entendida como *interdiscurso*, memória do dizer, bem como com as chamadas *condições de produção* que o determinam (PÊCHEUX,

1988). Ao abordarmos as formações discursivas desse polo de tecnologia, estamos, de fato, abordando a relação de sujeitos simbólicos de cujos discursos afloram os efeitos de sentido, gerados a partir de determinadas circunstâncias e afetados pelas suas memórias discursivas.

Orlandi remete-se a Pêcheux, que critica o chamado sistema elementar de comunicação em que se concebe a linguagem enquanto troca de informação entre um emissor e um destinatário. A formulação de Pêcheux (1988) sobre o discurso enquanto “efeito de sentido entre locutores” permite que nos desloquemos da visão de uma troca de mensagens e de informação. Nesse processo relacional participam do discurso sujeitos simbólicos, entre os quais não se estabelece uma comunicação linear de falar, ouvir e responder.

Esses sujeitos estão, de fato, tocados pelos acontecimentos de suas vidas, pelas suas histórias, e a língua não é, nesse âmbito, *mero instrumento*, mas sim constitutiva do próprio sujeito. Por outro lado, a história significa porque os “fatos reclamam sentidos” (HENRY, 1992), sentidos que não se revelam na fala, mas que se produzem no discurso e na situação que o constituem. Ao abordar, pois, a formação discursiva dessa ou daquela classe, devemos lembrar que não se trata de sujeitos concretos, mas de uma representação de suas posições nos discursos, de modo que a cena enunciativa pode ser mais bem compreendida, a partir da reflexão de Pêcheux, em sua complexidade.

As declarações de Sinhá Moreira sobre o surgimento desse polo de tecnologia são significantes de um discurso de liderança política, representativo da aristocracia rural, em um contexto regional, na medida em que trazem em seu rastro algo que vai muito além do desejo de fazer uma escola de eletrônica num ambiente nada identificado com um projeto dessa natureza. O relevante nesse caso, do ponto de vista da AD, foi ter pensado que qualquer ação de caráter transformador naquele contexto teria que emergir da mesma fonte de poder, a sua classe social, e servir ao seu último e maior propósito, o de conduzir e de não se deixar conduzir ali, no seu espaço de dominação, pelos acontecimentos transformadores do segundo pós-guerra mundial.

Esta referência enfatiza a proposição teórica de Orlandi de que as condições de produção do discurso resultam da articulação entre uma posição-sujeito e uma dada situação. A partir de outras posições-sujeito, em relação àquele da aristocracia rural, outras declarações, em outras situações, apontam, da mesma forma, um discurso de quem busca, de fato, o exercício hegemônico do poder ou, pelo menos, compartilhado com a classe social que lhes trouxe à luz. As formações discursivas da aristocracia rural, das lideranças políticas, da academia e do empresariado local, em suas condições específicas de produção, deixam

transparecer enunciados que estão afetados não apenas pelos seus interesses mais imediatos, mas também por aqueles que se instalam num contexto sócio-histórico mais amplo.

Pêcheux (1990), ao estudar as implicações da linguagem com a ideologia nos ambientes revolucionários, em que a mudança social de caráter transformador é tratada como sendo a passagem de um mundo a outro, coloca em questão o desafio de se lidar com o invisível, o ausente ou o inexistente em termos de progresso material para o povo, para chegar, afinal, ao fulcro da questão ideológica que perpassa sempre o discurso dos que se propõem tomar e preservar o poder, sem se comprometerem com uma relação de causa e efeito imediato, trabalhando essa inexistência na forma de um porvir ao mesmo tempo radioso e irrealizável.

Servindo-se dos relatos históricos das grandes revoluções do período compreendido entre o final do século XVIII e o século XX, com a Revolução Francesa de 1789, as revoluções socialistas do século XIX e a Revolução Russa da segunda década do século XX, o autor faz a sua leitura crítica desses eventos propondo questões da maior relevância para os estudos linguísticos, particularmente para a Análise de Discurso, de onde resgato algumas referências teóricas que me permitem lidar com o objetivo desta dissertação de mestrado, focando as consequências sociais da obra educacional de Sinhá Moreira, particularmente as que determinaram o surgimento e a consolidação de um polo de tecnologia no Sul do Estado de Minas Gerais.

Para ele, as relações entre linguagem e revolução não se limitam à questão do discurso de um Partido-Estado enquanto enunciador do discurso revolucionário. Legitimidade e usurpação manifestam-se, historicamente, nos próprios discursos revolucionários, na forma de um incessante deslocamento “alhures” da realidade do socialismo, exportando a revolução de um país para outro até a “nenhuma parte”, com base em textos clássicos da teoria marxista. São mudanças de forma que não questionam a origem dos discursos revolucionários, de como eles se constituem historicamente na sua relação com o inexistente, com a irrealidade e com o impossível.

Para a compreensão desse processo, o autor propõe que se descarte o que ele chama de efeitos religiosos. Um deles seria o de assumir o discurso teórico, enquanto rede de conceitos eficazes, como fonte do processo revolucionário que, trabalhando a relação ausência-presença, seja capaz de induzir do exterior a revolução no mundo existente. E aqui ele revela a acidez de sua crítica quando diz que a teoria de Marx é poderosa porque é verdadeira e que dispensa, por isso mesmo, mecanismos desse tipo.

O outro efeito religioso inversamente simétrico é o de supor a existência de um germe revolucionário independente e presente em estado prático no interior do mundo existente, como uma essência entravada e reprimida, claro, mas prestes a irromper no momento oportuno. Essa concepção, segundo Pêcheux, está presente tanto na acepção corrente da noção de ideologia proletária, quanto por detrás de formulações que atribuem a determinados movimentos sociais como a negritude, o feminismo e outros o estatuto de contraideologias revolucionárias.

Para ele, conceber a existência de ideologias dominadas como germes reprimidos e abafados pela ideologia dominante implica em conviver com a promessa do desenvolvimento orgânico completo de um germe, hoje em estado prefigurado. Entendidas assim as ideologias dominadas, há que se atribuir a cada grupo sócio-histórico a “sua” própria ideologia, como um trás-mundo, submetido apenas a uma dominação externa, o que implica em recusar o fato de que toda dominação ideológica é, antes de tudo, uma dominação interna, que se instala primeiramente na organização das próprias ideologias dominadas.

Esta é a questão que emerge das interpretações populistas do discurso revolucionário: de que forma desligar-se do efeito religioso que aí se veicula. É forçoso reconhecer que, mesmo no espaço ideológico da monarquia feudal, como nas condições contemporâneas, as ideologias dominadas se formam sob a dominação ideológica e contra ela, e não num outro mundo anterior, exterior ou independente.

Reportando-se aos estudos de Louis Althusser (1998) sobre os aparelhos ideológicos de Estado, Pêcheux afirma que as questões da linguagem e do efeito de fronteira, bem como a irrupção do irrealizado, se ajustam à figura da interpelação ideológica dos indivíduos em sujeitos, que caracteriza as práticas ideológicas como reguladas por rituais, nos quais essas práticas se inscrevem na existência de um aparelho ideológico.

Se essa *interpelação* for assumida como um ritual, diz ele, há que se admitir que não há ritual sem falha. A metáfora, na sua acepção do uso de uma palavra por outra, pode ser entendida aqui como o ponto em que um ritual chega a se quebrar no lapso ou no ato falho. A genealogia das formas do discurso revolucionário permite que se resgatem os pontos de resistência e revolta que se incubam sob a dominação ideológica, despindo-se do sentido que reproduz o discurso da dominação, de modo que o irrealizado advenha, formando sentido, do interior do sem-sentido.

Essas quebras de rituais, essas transgressões de fronteira iniciam o frágil questionamento de uma ordem, a partir do qual o lapso pode tornar-se discurso da rebelião; o ato falho pode transformar-se em motim e insurreição. É o momento em que uma série

heterodoxa de efeitos individuais entra em ressonância e produz um “acontecimento histórico”, rompendo o círculo da repetição e fazendo emergir a figura do porta-voz que assume a um só tempo o papel de ator visível e de testemunha ocular desse acontecimento.

O efeito que esse porta-voz exerce, “falando em nome de”, é, antes de tudo, um efeito visual, que determina a conversão do olhar pela qual o invisível do acontecimento se deixa, enfim, ser visto. Ele se expõe ao olhar do poder que ele afronta, falando em nome daqueles que ele representa e sob o seu olhar. Sustenta, assim, uma dupla visibilidade quando fala diante dos seus e parlamenta com o adversário. Um adversário que o coloca em posição de negociador potencial, no centro visível de um nós em formação e, também, em contato imediato com o adversário exterior.

B. Conein, citado por Pêcheux em um estudo sobre a posição do porta-voz durante a revolução francesa, mostrou que essa posição perturbou a relação que o campo político mantinha com a revolução. A partir do outono de 1792, os agentes políticos passaram a não falar mais ao povo, mas ao porta-voz, cessando as ações expressas e as transações diretas entre aqueles agentes e os rebeldes.

Pêcheux ressalta que o porta-voz perturba toda uma economia de trocas políticas sem que o seu enunciado contenha aquilo que o povo diz ou disse. O discurso relatado (do povo) é estranho ao discurso do porta-voz, cujo destino circula entre a posição de profeta, de dirigente e de homem de Estado. O porta-voz passa a ser o ponto em que o “outro mundo” se confronta com o estado de coisas existente. Um ponto de partida recíproco, no qual a contradição vem se amarrar, politicamente, a um negócio de Estado.

Quando o porta-voz chama a si a questão do Estado, ele é, necessariamente, confrontado com os efeitos recorrentes do trabalho revolucionário da memória, em que os discursos sedimentados de todos os que o precederam neste destino o esperam para agarrá-lo, penetrá-lo, servir-lhe e reviver através dele. Aqui se revelam estratégias de tomada de palavras, de inversão e de contraidentificação especular, inscritas no registro histórico tanto dos dispositivos estatais como dos discursos de revolução, de tal forma que tendem a uma simetria: o que está presente nos discursos da ordem estabelecida está prefigurado na ordem estatal revolucionária.

Esse papel do porta-voz nos ambientes revolucionários, tal como Pêcheux o vê, remete-me a um dos maiores desafios que tive que enfrentar no desenvolvimento que se segue: fazer convergir o momento de um discurso fundador, verbalizado nas circunstâncias políticas do domínio hegemônico da aristocracia rural na primeira metade dos anos 60 do século passado, com o momento em que esse discurso é apropriado pela juventude local,

influenciada pelos ventos da mudança que sopravam da Paris de 1968, que chama a si a responsabilidade de interromper um ciclo de dominação vigente desde a monarquia imperial.

Ao referir-me à formação discursiva da nova militância política no capítulo que se segue, destaco de forma especial o papel exercido por Paulo Frederico Toledo que, levado à condição de Prefeito Municipal pelas circunstâncias políticas de um momento de turbulência na administração do município, resgata, vinte anos à frente, as palavras com que Sinhá Moreira, vivendo já a fase terminal da doença que a acometera, manifesta ao então diretor da Escola Técnica de Eletrônica o seu desejo de ver essa escola promover uma revolução socio-cultural na vida de sua cidade.

Paulo Frederico, ex-aluno do Colégio São Luiz de São Paulo, formou-se em Odontologia e, retornando à sua cidade natal, assumiu com outros jovens a militância política dos anos 1970, filiando-se ao partido do Movimento Democrático Brasileiro – MDB, então fortemente comprometido com o resgate das franquias democráticas do país. Eleito vereador municipal e assumindo depois o governo do município, não deixou escapar-lhe a oportunidade de interpelar, de forma oportuna e decidida, a comunidade acadêmica local sobre a necessidade de se acelerar e intensificar a mudança social naquela realidade.

Argumentava, de forma inapelável, com o fato de que um município, cujas escolas estavam dando importante contribuição ao fortalecimento e à expansão dos negócios de tecnologias de comunicação e informação no país, através da formação de profissionais reconhecidamente qualificados, tinha que responder também ao desafio de reduzir o nível de desemprego, até então crescente entre os membros da sua população economicamente ativa.

Esse manifesto, o oportuno lançamento de um olhar crítico sobre as consequências práticas de uma revolução educacional, que fez com que a economia local migrasse de forma muito rápida de um perfil de produção de base agropecuária de caráter convencional para um perfil de produção de alto conteúdo tecnológico, reconhecido nacionalmente, resgata o que tratamos aqui como o verdadeiro discurso fundador do que veio a ser o Polo Tecnológico de Santa Rita do Sapucaí, enunciado por Sinhá Moreira há mais de meio século, manifestando de forma clara o seu grande objetivo de revolucionar a vida sociocultural da cidade, e nos impõe uma releitura do papel desempenhado por Paulo Frederico nesse contexto.

Ao lançar, no início dos anos oitenta do século passado, o slogan “Santa Rita do Sapucaí – O Vale da Eletrônica”, propõe um discurso que, se não é mais um discurso fundador, tem o mérito indiscutível de dar sequência àquele primeiro, inscrevendo-o definitivamente na história de um município e de uma região como o marco de transformação

social almejado por Sinhá Moreira, com a sua ação pioneira, no ensino técnico de eletrônica no país.

Proponho-me, portanto, nesta dissertação, cinquenta anos depois, fazer dialogar Sinhá Moreira e Paulo Frederico Toledo. Ela, ideologicamente comprometida com os interesses de sua classe, a aristocracia rural, de perfil conservador e de indiscutível sensibilidade para as demandas sociais. Ele, um dentista por profissão e um político por vocação, igualmente sensível aos desafios da desigualdade social, mas com forte inclinação às ações de caráter transformador.

Assumindo que a cidade de Santa Rita do Sapucaí, no seu perfil socioeconômico, revele hoje as características de um processo revolucionário sem que essa transformação tenha afetado significativamente a sua estrutura de poder político local, há que se resgatar deste referencial teórico a figura a que Pêcheux empresta o nome de “porta-voz”. Ele emerge dos movimentos revolucionários falando aos detentores do poder em nome da classe dominada e desta para aqueles, intermediando proposições capazes de acomodar interesses conflitantes, mas que, ao mesmo tempo, fazem avançar a mudança social.

3. DESENVOLVIMENTO

3.1 Os coronéis do café e os discursos de transformação

Iniciamos este desenvolvimento retomando os conceitos de *condições de produção* e de *formação discursiva*, conforme Pêcheux (1975).¹ As condições de produção incluem sujeito e situação, sendo que a situação pode ser pensada em sentido estrito e em sentido lato, isto é, tanto as circunstâncias da enunciação, o contexto mais imediato, quanto o contexto sócio-histórico, ideológico, mais amplo. Com relação às formações discursivas, consideraremos que “são a projeção, na linguagem, das formações ideológicas” (ORLANDI (org.) 2006, p. 17). Isto é, o sentido de uma palavra ou expressão não existe em si mesmo, mas é determinado pelas posições ideológicas em jogo no processo sócio-histórico no qual são produzidas.

Retomo agora o depoimento que Sinhá Moreira deu a Dom José Carlos de Lima Vaz, S.J., Bispo Diocesano de Petrópolis, que dirigiu a Escola Técnica de Eletrônica Francisco Moreira da Costa por vários anos. No início dos anos 1960, Sinhá encontrava-se no Rio de Janeiro, em tratamento de um câncer em estado terminal, quando o então Padre Vaz, recém-empossado no cargo de Diretor da ETE, foi visitá-la:

“meu sonho era fazer com que a escola de eletrônica fosse um lugar que mudasse a cidade, que a cidade deixasse de ser uma cidade provinciana ligada ao café e ao leite. Santa Rita tem que ser uma cidade do futuro”.

E o próprio Dom Vaz, hoje também falecido, complementara: *“e uma cidade que se projete no Brasil, não por política ou por dinheiro – porque o pai dela foi fundador de bancos – mas que ela se projete no Brasil pela cultura, pela formação, sobretudo, do mundo do futuro, do mundo técnico. Era o sonho dela”* (QUEIROZ, 2007).

Considerando os elementos constitutivos da significação, compreendida enquanto produção discursiva, sobre os quais passaremos a falar a seguir, podemos conceber um determinado contexto histórico-discursivo operando para uma compreensão do acontecimento do Polo Tecnológico de Santa Rita do Sapucaí em sua significação histórica. Nesse contexto, destacam-se as seguintes posições-sujeito: os coronéis do café; a nova militância política que

emergiu na cidade em decorrência das transformações resultantes da obra educacional de Sinhá Moreira; as instituições de ensino e pesquisa, a partir da fundação da Escola Técnica de Eletrônica e, finalmente, o empresariado local de base tecnológica. Essas são posições-sujeito que emergem no decorrer de um determinado *processo discursivo* que teve seu início em torno da figura de Sinhá Moreira e ressurgiu posteriormente através de outra figura, a saber, *Paulo Frederico Toledo*, enquanto prefeito da cidade.

As posições-sujeito acima referidas remetem a diferentes regiões do complexo ideológico na sociedade: economia agrária, administração pública, educação, empresariado do ramo da tecnologia eletrônica... Temos como hipótese que as diferentes regiões, no contexto regional em questão, são atravessadas por uma mesma formação ideológica. Situações em sentido estrito, que revelam as circunstâncias que envolvem a enunciação, contexto imediato, ou situações em sentido mais amplo, que envolvem o contexto sócio-histórico e ideológico. Uma divisão de contextos que se justifica apenas para efeito de exposição, de vez que, na situação de linguagem são indissociáveis, condição indispensável para que os fatos de linguagem adquiram sentido (ORLANDI, *idem*).

Interessante notar, também, que o sujeito da Análise do Discurso não é o sujeito empírico, mas a posição do sujeito projetada no discurso. Portanto, passa-se da situação sujeito para a posição sujeito no discurso.

E o depoimento de Sinhá acima reflete claramente essa dinâmica discursiva. Não é a Sinhá das fazendas de café que está falando, mas a posição que essa Sinhá assume no discurso, em face de um projeto de vida, de transformar a sua pequena província numa referência da pós-modernidade, sem abdicar dos interesses de sua classe. O que se quer fixar aqui é que enunciatório e destinatário do discurso são pontos da relação de interlocução, com diferentes posições sujeito (ORLANDI, *idem*).

Da mesma forma, resgatamos do texto referido (ORLANDI, 2006) a ideia de que a formação discursiva é o que “numa dada formação ideológica, i. é, a partir de uma posição dada, numa conjuntura dada, determina o que pode e deve ser dito”. A palavra, portanto, recebe o seu sentido da formação discursiva na qual ela é produzida. Os indivíduos são interpelados em sujeitos de seus discursos pelas formações discursivas que representam, na linguagem, as formações ideológicas que lhes são correspondentes. Em resumo, não podemos pensar o sentido e o sujeito sem pensar a ideologia. A palavra não existe em si mesma em uma relação transparente com a literalidade. O seu sentido é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo histórico em que são produzidas.

O exame que se segue, referente às formações discursivas e posições-sujeito identificadas no processo discursivo que significou a formação do Polo Tecnológico de Santa Rita do Sapucaí, deixa transparecer, de um lado, que as transformações ali verificadas, por mais profundas que tenham sido, articularam-se a partir de sentidos já marcados ideologicamente pela classe dominante, o coronelismo do café, ali instalada desde os idos do Império. O que está sendo identificado aqui como o discurso fundador desse polo de tecnologia – Santa Rita do Sapucaí, o Vale da Eletrônica, afluído na década de 80 do século passado pela ação de um de seus Prefeitos Municipais do ciclo pós-revolucionário, está fortemente associado ao depoimento de Sinhá Moreira a Dom Vaz acima referido, feito vinte anos antes, no início da década de 1960.

Segundo Orlandi (2003), a noção de discurso fundador é capaz em si de muitos sentidos. Um deles, diz ela: “é o que liga a formação do país à formação de uma ordem de discurso que lhe dá uma identidade” (p. 18). E referindo-se ao Diálogo da Conversão do Gentio, do Padre Manoel da Nóbrega, escrito em 1588, que alia religião, etnologia e literatura, afirma que a função fundadora desse texto se revela no fato de ser a primeira obra literária brasileira, como exemplar da catequização dos índios e da sua necessária conversão. Os discursos de Nóbrega sobre o Diálogo se instituem como discurso fundador da brasilidade, na medida em que estabelecem um lugar interpretativo da fundação.

Serafim Leite, autor das Preliminares e das Anotações Históricas e Críticas à edição do Diálogo, em Lisboa, à época das comemorações do IV Centenário da Fundação de São Paulo, em 1954, referido por Orlandi no mesmo texto, diz que na descoberta do Brasil não houve conquista porque, de fato, não houve invasão. Os índios não viviam organizados em um Estado político autônomo, de modo que, nas palavras dele, “o Brasil, como Estado e nação futura que iria ser, não foi conquista, mas formação” (SERAFIM LEITE, apud ORLANDI 2003 p. 18-19).

Tento aqui uma aproximação desse acontecimento histórico, em que os discursos de Nóbrega são analisados e instituídos como discursos fundadores da brasilidade, para buscar uma explicação para o fenômeno da formação de um polo de tecnologia de ponta na região cafeeira do Sul do Estado de Minas Gerais, a partir da criação de escolas profissionalizantes de ensino técnico, de nível intermediário, erigidas depois à condição de instituições de ensino de nível superior, em cujos campi eclode o fenômeno do chamado empreendedorismo de base tecnológica com o surgimento de um apreciável número de pequenas empresas, concebidas e incubadas na universidade, que transformam não apenas a economia local, mas a economia regional como um todo num modelo de desenvolvimento integrado.

Historicamente sabemos que esse processo de criação de escolas técnicas de níveis intermediário e superior na cidade de Santa Rita do Sapucaí resultou da atuação de lideranças comunitárias que tiveram à frente a lendária figura de Sinhá Moreira, que se dispôs a colocar a sua apreciável fortuna pessoal a serviço de um projeto educacional de características inéditas para a época, concebido e implantado nos anos 50 do século passado. Sabemos, de outro lado, que projetos educacionais academicamente tão bem sucedidos quanto esse, implantados em outras localidades e regiões do país, não resultaram, necessariamente, em transformações socioeconômicas tão radicais.

A hipótese de trabalho desta dissertação segue exatamente a linha de que, mais que o fato em si mesmo, o que determinou essa mudança foi a exacerbação local de um discurso que não se originara ali, nem mesmo na região, e sequer no próprio país, mas um discurso gerado na revolução tecnológica do pós-guerra nos anos 50 e seguintes do século passado, desencadeado com a emergência e a difusão dos sistemas de computação, oportunamente apropriado pelas suas estruturas de poder nas esferas militar, política e econômica.

Ora, a formação técnica oferecida aos jovens pelas escolas locais, num regime acadêmico que combinava de forma equilibrada conhecimentos específicos e formação geral, preenchia satisfatoriamente as necessidades de uma estrutura governamental de feição centralizador e autoritário, que demandava tecnologias de eletrônica, comunicação e informação, especializações ali oferecidas. De outro lado, a sustentação de um crescimento econômico acelerado, como o verificado nos anos sessenta e setenta do século passado, desafiava severamente as plantas telefônicas do país, tecnologicamente obsoletas e fisicamente depreciadas.

Essa afinidade discursiva da academia com as estruturas de poder, em local e momento historicamente determinados, deve ser assumida como um dos fatores que demarcaram o processo de formação e consolidação desse polo de tecnologia, havendo que se assumir, de outro lado, que grassavam ali, também, os discursos constitutivos da aristocracia rural do café. Classe dominante na região, caudatária dos benefícios de um Estado patrimonialista que, mesmo desafiada pela emergência de novas lideranças setoriais, percebia nesse novo cenário algumas janelas de oportunidade para se preservar no poder, agora de uma forma compartilhada, através de arranjos de natureza social, de caráter mais duradouro, como os casamentos entre os jovens nascidos na cidade e os vindos de fora.

Detenho-me aqui na análise de alguns acontecimentos históricos que explicitam a ideologia que perpassa o discurso sobre a obra de Sinhá Moreira nesta região do Vale do Sapucaí. Sinhá viveu o momento de glória da economia agropecuária regional, sustentada no

café e no leite e apoiada numa incipiente estrutura de comércio e serviços. Em torno desse pequeno núcleo de produção, consolida-se parcela das mais representativas da chamada aristocracia rural cafeeira do Sudeste do país, valendo o registro da habilidade de seus líderes na articulação política regional e nacional, abrindo espaço para que nomes como Delfim Moreira, Wenceslau Braz, Bueno Brandão, Olegário Maciel e outros se destacassem no núcleo do poder central da Primeira República.

Delfim Moreira, nascido na vizinha cidade de Cristina, transfere-se com os seus familiares para Santa Rita do Sapucaí no último quartil do século XIX. Entre os seus irmãos, destaca-se Francisco Moreira da Costa, o grande empreendedor da família, feito merecedor do título de Coronel pelos serviços prestados à República, com o qual Delfim articula o apoio político da região para tornar-se Secretário de Estado do Interior de Minas Gerais nos períodos de 1902-1906 e 1910-1914, e Presidente de Minas Gerais no período de 1914-1918. Ainda em 1918, elege-se vice-presidente da República na chapa de Rodrigues Alves. Com o falecimento deste, assume interinamente a presidência da República, vindo a falecer dois anos depois.

Uma carreira política que repercutiu fortemente no ambiente da província fazendo com que os ares da corte transformassem o pequeno mundo das fazendas de café e leite, emprestando-lhe como que um acento mais cosmopolita revelado, desde então, na excelência de seus projetos educacionais a partir do nível primário de ensino. Uma Escola Normal Oficial, para formar professoras (normalistas) para o ensino básico da região, e um Ginásio, chamado depois de Instituto Moderno de Educação, que oferecia o grau de formação em humanidades para os jovens herdeiros da tradição aristocrática rural, muitos deles encaminhados depois para universidades e faculdades do sudeste brasileiro.

No retorno, médicos, advogados e engenheiros, servindo-se mais do próprio grau universitário do que do conhecimento especializado adquirido, voltam ao núcleo do sistema de produção do café para dar continuidade à hegemonia socioeconômica e política de suas famílias. Por mais conservadora e impermeável que tenha tentado ser, essa aristocracia não pôde se fechar à influência de suas novas lideranças, formadas nos campi das metrópoles brasileiras. Pelo contrário, assegurou-lhes espaço suficientemente amplo para que inovassem no campo das ideias e mesmo nas ações comunitárias e sociopolíticas, fazendo contraponto ao proverbial conservadorismo da própria classe.

Vocação política e ensino de qualidade, associados a uma economia cafeeira puxada pelos padrões da região da Alta Paulista que tirava daí o capital financeiro propulsor do desenvolvimento industrial de São Paulo, essa foi a combinação que consolidou a posição

dominante da aristocracia rural do Sul de Minas, fazendo emergir em seu meio lideranças que iriam desempenhar papéis de destaque na própria região e na metrópole. É nesse ambiente, pois, que se resgata a figura de Sinhá Moreira, nascida em 17 de setembro de 1907, cuja memória vincula-se definitivamente a uma das bem sucedidas experiências educacionais do Brasil do pós-guerra, de aproximação da universidade com o setor empresarial da economia, a partir da criação de uma escola de eletrônica de nível técnico no início da segunda metade do século passado.

Filha do Cel. Francisco Moreira da Costa, sobrinha do ex- Presidente da República, Delfim Moreira, esposa de embaixador e com estreitas relações de parentesco com outras personalidades da política e da intelectualidade brasileiras (FONTES, 1998), Sinhá Moreira resume, em si mesma, o que houve de mais expressivo e de mais autêntico na aristocracia rural dessa região, com plena consciência do poder de que desfrutava em termos econômicos e políticos e o apreço pelo seu elegante exercício.

Sensível às demandas sociais e aberta ao acesso dos mais necessitados, sustentava, contudo, um porte senhorial consistente com o seu próprio status de mulher muito rica, muito próxima das fontes do poder político e que não se permitia qualquer forma de atuação que pudesse caracterizá-la como demagoga ou populista.

Empenhava-se nas disputas eleitorais pelos governos do Município, do Estado e da União e participava ativamente da organização das campanhas políticas do seu partido, a União Democrática Nacional - UDN. Jamais pretendeu, contudo, qualquer cargo, eletivo ou não, nas estruturas de governo. No limite de sua sensibilidade para o jogo do poder, impunha-se à disciplina exigida para a sua conquista, a sua operação e a sua transferência com bastante empenho, mas jamais chamando a si a representação política em qualquer das instâncias do Estado. Empenhava-se, todavia, para que estivessem lá somente os que se identificassem com os valores e compromissos político-partidários de sua influente família.

Cumpria assim, com zelo, o difícil papel que sempre lhe coube de preservar os interesses de sua própria classe, mostrando-se sensível às demandas do povo, especialmente à parcela dos menos favorecidos de onde provinha, sabia ela muito bem, a mão de obra requerida pelas grandes fazendas da região. Em termos de compromisso social com os mais carentes, revelava-se inovadora, quase que revolucionária, se considerados os interesses específicos de seus representados.

Portadora de um discurso consistente com a sua prática de benemerência aos necessitados e de compromisso com o estímulo à formação educacional dos jovens, jamais permitiu que vocações manifestas para uma carreira acadêmica de sucesso, até o nível da

formação superior, se perdessem pelo caminho à míngua de recursos financeiros. Assim, atuando aparentemente de forma contrária aos interesses de sua própria classe, Sinhá se permitia pensar a longo prazo e atuar de forma estratégica em benefício da mesma.

Daí porque muitos dos que se aproximaram da experiência de Santa Rita do Sapucaí em estruturar e consolidar um polo de tecnologia, anos à frente, tiveram dificuldade para entender e lidar com essa aparente contradição, no discurso e na prática de Sinhá Moreira, quando cotejados com os interesses da aristocracia rural. Para entender a forma de sua atuação nesse meio, para interpretar e analisar o seu próprio discurso e o discurso que a envolveu ao longo de sua vida, presentes em toda a sua obra, há que se resgatar alguns aspectos da sua experiência de vida que ajudam a explicar todo esse processo.

Recém-diplomada como normalista pela Escola Normal Oficial de sua cidade, casou-se com um primo, diplomata de carreira, separando-se dele alguns anos adiante e voltando para a casa dos pais. Tendo acompanhado o marido, como embaixatriz, em suas diversas missões diplomáticas nas Américas, Europa e Ásia, admite-se ter sido influenciada por algumas experiências vividas no exterior, particularmente no Japão, antes da segunda guerra mundial, dada a importância que esse país atribuía à educação tecnológica.

Pôde construir, assim, uma visão mais cosmopolita do mundo, que não lhe deixou passar despercebido o enorme desafio de sustentar-se o crescimento de uma pequena cidade do interior que, a cada ano e num movimento ascendente, via os seus filhos partirem para centros maiores em busca da complementação de seus estudos. Formados, dificilmente retornavam à terra, até porque uma boa parcela deles, vinda da pequena burguesia, não possuía propriedades rurais para administrar e herdar. Essa era uma condição que contrariava interesses de longo prazo da própria aristocracia rural, para a qual a sustentação e a ampliação da estrutura patrimonial passavam pelos arranjos entre famílias através dos casamentos.

Não se afasta a hipótese de que a experiência de vida de Sinhá Moreira tenha desenvolvido nela sensibilidade aguçada para a importância da educação, inclusive a de nível superior, no próprio interesse de sua classe. Essa questão sempre ocupou espaço relevante na sua agenda pessoal e sustentava o seu desejo de fundar em Santa Rita uma escola de nível técnico, ou mesmo superior, para potencializar os recursos que, espontaneamente, dedicava ao seu programa de bolsas de estudos para estudantes carentes.

Sustentava, assim, um discurso provido de racionalidade para as circunstâncias da época que, analisado dessa perspectiva, exige um procedimento que teorize e questione a sua interpretação. No caso em exame, a análise está indo, necessariamente, para além da interpretação do discurso e tenta buscar a significação do objeto simbólico. Vale dizer, buscar

um entendimento adequado da relação linguagem-ideologia, que lhe empresta os sentidos, para se chegar ao melhor nível possível de sua compreensão.

Assim, é importante fixar primeiramente que Sinhá Moreira tinha, de fato, sensibilidade especial para o desafio da educação e que estava convencida de que trabalhava no interesse da sua classe. Combinava aí dois tipos de demanda, uma relacionada com a necessidade de estender a um número cada vez maior de estudantes carentes, de bom desempenho acadêmico, os benefícios do seu programa de bolsas de estudo, e outra, no interesse da própria economia local, fixando aqui, senão a totalidade, pelo menos uma boa parte dos jovens nativos, bem como atraindo jovens de outras cidades da região e de outras regiões do país. Tudo isso associado a uma visão macro da realidade de uma nação em processo acelerado de mudança. Não lhe faltavam referências socioeconômicas e políticas para desenvolver esse tipo de análise da realidade. Muito menos faltavam-lhe interlocutores qualificados, com os quais pudesse trocar ideias e refinar a visão de futuro da sua cidade.

Afinal, vale repetir, atuava estrategicamente. A casa em que vivia com os pais era reduto de grandes operadores do poder político, nos níveis do Estado e da União, que para lá acorriam com propostas de arranjos e apoios políticos. Uma tradição vinda desde fins do Segundo Reinado e que atravessara a Primeira República, ali mesmo, no alpendre do sóbrio casarão da praça central da cidade, articulava-se, de forma competente, a participação dessa aristocracia regional nos arranjos políticos que precederam o estabelecimento da Segunda República a partir dos anos 30 do século passado.

Admite-se, pois, que para uma pessoa como Sinhá Moreira articular-se politicamente em benefício de seus projetos sociais, nas mais altas esferas do poder político do país, não era tarefa que a amedrontasse. Transitando com desenvoltura e segurança pelos diversos níveis da hierarquia republicana, removia dificuldades políticas e entraves burocráticos que se antepunham aos seus propósitos. À época em que o Presidente Juscelino Kubitschek regulamentou o ensino técnico industrial no país, ela já havia se definido pela instalação de uma escola técnica de eletrônica na cidade.

Argumentava, defendendo o seu projeto, com o potencial de interação acadêmica das escolas locais com a vizinha cidade de Itajubá e com a sua Escola Federal de Engenharia, então um dos mais respeitados polos do conhecimento científico e tecnológico do interior do país. Fez prevalecer nessa argumentação a circunstância especialíssima de que bancaria todo o projeto, inclusive a sua implantação e sustentação a longo prazo, com recursos próprios, desonerando o governo federal da obrigação de qualquer gasto, exatamente no momento em que aquele se empenhava em levantar recursos para a conclusão de Brasília.

Sinhá faleceu na primeira metade dos anos 1960, deixando para a Fundação Mantenedora da Escola Técnica de Eletrônica a maior parte da sua fortuna pessoal. O seu desaparecimento deixou aberto enorme espaço de atuação política e social a ser ocupado por novas lideranças. Entre estas, as primícias de sua grande obra educacional, os ex-alunos da Escola Técnica de Eletrônica Francisco Moreira da Costa.

3.2 A nova militância política

No rastro da obra de Sinhá Moreira, um novo ambiente acadêmico: a educação voltada para a formação tecnológica, novos projetos em áreas nobres da engenharia e a perspectiva de uma nova posição de sujeito na sociedade continuavam atraindo jovens de todas as regiões do país e de países vizinhos para a região sul mineira do Vale do Sapucaí, um ambiente cultural já bastante diferente daquele de uma década atrás.

Transformações profundas nas relações sociais, resultantes da ampliação da rede de escolas de nível superior, modificam os hábitos de vida da província. A pequena estrutura de comércio e serviços, dimensionada para atender às demandas das fazendas de café, amplia-se para acolher centenas de estudantes que acorriam à cidade, anualmente, em busca de formação acadêmica de alta qualidade, com o selo de aceitação plena do sofisticado mercado da indústria eletroeletrônica, das telecomunicações e da informática.

O Instituto Nacional de Telecomunicações - INATEL, fundado em 1965, sete anos após a fundação da Escola Técnica de Eletrônica, mantido por uma Fundação de direito privado e, por isso mesmo, sem as dotações orçamentárias regulares dos governos da União e do Estado, teve que sustentar a sua atividade de ensino com as mensalidades cobradas dos seus alunos e buscar, na transferência de serviços ao mercado, recursos para investimentos nas atividades de pesquisa e para a estruturação de seus laboratórios. Um mecanismo exitoso que lhe permitiu se transformar numa das mais bem estruturadas escolas de engenharia de telecomunicações do país.

Essa aproximação do INATEL com empresas nacionais e multinacionais do setor das telecomunicações, através da transferência de serviços, muitas vezes intermediada por ex-alunos que já ocupavam lugar de destaque nessas organizações, respondeu, em grande parte, pela transformação do ambiente acadêmico da cidade, fornecendo subsídios para o ajustamento das grades curriculares de suas escolas às demandas do mercado. Assim, a combinação de vários fatores em torno do eixo da educação de base tecnológica torna a cidade mais atrativa aos jovens das diversas regiões do país e passa a exercer, também, um

fascínio especial nos próprios filhos da terra que, por uma ou outra circunstância, tiveram que deixá-la um dia.

Sinalizada a mudança, esses jovens, que tempos atrás tiveram que deixá-la em busca de oportunidades de crescimento profissional, entenderam ter chegado o momento do retorno, trazendo novos projetos de vida. Entre esses, alguns se destacaram pelo próprio senso de oportunidade, e a citação de seus nomes no corpo desta dissertação se impõe por uma questão de consistência com os objetivos da mesma, *havendo que se resgatar aqui a figura de Paulo Frederico Toledo, Prefeito Municipal no período de 1986 a 1988. Dentista formado pela Universidade Federal de Alfenas, retornou à cidade natal para exercer a profissão e assumir de vez a militância política no antigo Partido do Movimento Democrático Brasileiro.*

Os anos 1970 estabelecem um marco importante no ambiente político da cidade. O discurso da pós-modernidade, gerado nas salas de aula e nos laboratórios das escolas locais, gradativamente, sugere o momento da mudança na redistribuição do poder político detido com exclusividade pela aristocracia rural desde o Império. O charme da tecnologia da informação, cedo ou tarde, roubaria dessa elite o monopólio do poder político e a semente da mudança encontraria solo fértil no ambiente estudantil.

A eleição de Ronaldo Carvalho, ex-aluno da Escola Técnica de Eletrônica Francisco Moreira da Costa, engenheiro eletricista formado pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, filho de um engenheiro químico, estabelece o marco da mudança no processo de transferência do poder local. A nova elite se instala, embalada pelos ventos fortes da reconquista das liberdades democráticas; todavia, questões inusitadas de cunho político-partidário podem, eventualmente, determinar mudanças radicais no curso da história e o caso particular de que estamos tratando é bastante ilustrativo.

Ronaldo Carvalho elegeu-se, depois, deputado estadual e fez de Rogério Rennó, então vice-prefeito do município, advogado e fazendeiro, descendente de ilustre família da aristocracia rural, o seu sucessor na Prefeitura. A Câmara de Vereadores, constituída na sua maioria por correligionários de Ronaldo Carvalho, havia feito de Paulo Frederico Toledo, profissional de Odontologia, descendente pelo lado materno de uma família de imigrantes italianos radicada na cidade desde o início do século XX, o seu Presidente.

Circunstâncias políticas especiais determinaram a cassação de Rogério Rennó do cargo de Prefeito e conduziram Paulo Frederico Toledo, chamado carinhosamente pelo povo de Paulinho Dentista, à Prefeitura Municipal, para concluir o mandato de Rogério Rennó. É importante fixar esse momento da história do município pelas implicações que tem com o objetivo desta tese. Paulo Frederico resgata, a seu tempo de Prefeito, o sentido da mudança sinalizada poucos anos antes pela eleição de Ronaldo e Rogério. Ao fazê-lo, revela o equilíbrio de uma formação acadêmica que combinava adequadamente competência técnica e formação geral ampla, com forte acento no social, adquirida e acumulada desde os tempos do Colégio São Luiz, em São Paulo.

Paulo Frederico, revelando aguçada sensibilidade para os desafios de seu tempo, entra no rastro da obra educacional de Sinhá Moreira para ampliar as suas consequências sociais sobre uma realidade que, mesmo preservando o vigor de sua economia agropecuária e já se fazendo conhecida nos grandes centros econômicos do país pela excelência acadêmica dos profissionais egressos de suas escolas, apresentava, na contramão desses indicadores positivos, alto nível de desemprego, sobretudo nas faixas mais pobres da população, bem como sinais ostensivos de má distribuição da renda.

Esse olhar crítico sobre a realidade local o instiga a desafiar as instituições de ensino e pesquisa da cidade, umas mais, outras menos, mas todas caudatárias da obra educacional de Sinhá Moreira, no sentido de responderem de forma concreta e objetiva aos maiores obstáculos à qualidade de vida do município, o desemprego e o subemprego, gerados por um padrão de economia de capitalismo tardio, uma economia de uso intensivo de mão de obra não qualificada e, conseqüentemente, mal remunerada.

Nesse momento, estruturam-se as condições de produção de um discurso típico dos ambientes de alta tecnologia, que confere ao Polo Tecnológico de Santa Rita do Sapucaí o seu primeiro sentido, termo que se aplica estritamente na forma proposta pela Análise do Discurso, dando a essa expressão, de fato, sentido e consequência: polo de tecnologia que permite, ou exige mesmo, a deriva da inovação nas relações de produção, fazendo recuar as desigualdades sociais.

Como marca distintiva do fenômeno local já pressentido, cunha-se a expressão “Santa Rita do Sapucaí, o Vale da Eletrônica”, numa referência imediata a um mesmo fenômeno, evidentemente de proporções incomparáveis, ocorrido na costa oeste dos Estados Unidos, o Vale do Silício.

Desafiando assim a própria academia, Paulinho Dentista fez deslanchar o processo de industrialização da cidade, com pequenas empresas de base tecnológica, concebidas e geradas na universidade e apoiadas por programas municipais inovadores de fomento ao desenvolvimento socioeconômico. Nada estranho, portanto, que a mídia nacional tenha se referido de forma continuada e por tanto tempo a esse Prefeito como um dos visionários do movimento empreendedor da universidade brasileira, com um toque de inquestionável singularidade.

Ele não via nesse movimento apenas a oportunidade de fazer a economia local crescer e gerar empregos. Político militante, postulava, sim, uma economia dinâmica e

inovadora para o município, mas com um novo paradigma de relações sociais, buscando aí, talvez, a chance de transformar o discurso utópico de sua militância numa possibilidade efetiva de mudança nas relações capital-trabalho, a partir de uma experiência localizada.

Era um visionário, percebido como tal por todos de seu tempo. Mauricio Guedes, Diretor do Parque Tecnológico da Universidade Federal do Rio de Janeiro e ex-presidente da Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores – ANPROTEC, em artigo publicado na Revista Lócus, na edição comemorativa do vigésimo quinto aniversário dessa associação (setembro de 2012), referindo-se ao primeiro seminário nacional realizado pela mesma, na sede do BNDES, registra: “Foi um super evento, com estrelas de várias partes do mundo e figuras carismáticas, pioneiras de nosso movimento, como Milton Ferreira dos Santos, de São Carlos, e Paulinho Toledo, prefeito de Santa Rita do Sapucaí.”

4.3 O contexto acadêmico

No âmbito de um discurso social para a Educação, os parques e polos de tecnologia podem ser concebidos como mecanismos de resgate das insuficiências estruturais da economia e dos desequilíbrios sociais de um país, devendo a educação ser pensada, tanto em termos da busca da eficácia operacional do sistema de produção de bens e serviços, como do equilíbrio na distribuição da renda. Quanto à eficácia do aparelho produtivo, os ambientes de inovação respondem ao desafio da redução da dependência econômica, gerando produtos e serviços de alto conteúdo tecnológico que possibilitem a substituição das importações e o aumento das exportações, contribuindo para a geração de superávits financeiros nas relações de comércio exterior. Na outra ponta, a do equilíbrio do sistema distributivo, admite-se que, por força mesmo do convívio diário com os desafios da inovação, esses ambientes estejam inovando inclusive nas relações do capital com o trabalho e estabelecendo padrões mais equitativos de distribuição da renda nacional (8).

No caso das escolas locais, as duas vertentes desse mecanismo, a eficácia operacional e o equilíbrio social, estão claramente refletidas na orientação estratégica dos seus programas educacionais, voltados para a formação acadêmica dos profissionais enquanto atores privilegiados desses ambientes, devendo ser preparados para dar conta dos desafios da competitividade do país nos mercados globais e da responsabilidade social de seus empreendimentos face às exigências das sociedades democráticas.

Essa linha discursiva e a ideologia que a sustenta podem ser inferidas, de alguma forma, do projeto pedagógico dos cursos que oferecem, particularmente de seus planos de ensino, sendo que a análise preliminar dessa questão valeu-se também de consultas bibliográficas sobre o ensino secundário no Brasil, focando, especialmente, o papel da Companhia de Jesus, cujos padres assumiram a direção da Escola Técnica de Eletrônica, desde a sua criação.

Nunes (2000) afirma sobre o ensino secundário brasileiro que este foi marcado por uma “herança” que criou representações centradas na Europa do século XVI. Objetivamente, ela vai ao plano de estudos da Companhia de Jesus, o chamado “Ratio Studiorum”, resultado de uma estratégia de neutralização da proposta de uma nova forma de ensinar, contida nos documentos da Reforma Protestante, que se tornou um dos mecanismos de sustentação da Contra-Reforma, cuja síntese resume, de alguma forma, o antagonismo entre a escolástica medieval e a chamada escola moderna concebida pelo Iluminismo francês.

Assim, para a abordagem da contribuição jesuítica à formação da escola moderna no Brasil, ela destaca dois temas: um referente à organização e à divisão do trabalho didático e outro sobre a materialidade dos colégios jesuíticos. Quanto ao conteúdo da escolástica medieval, não houve mudanças sensíveis senão que ficou patente a ênfase no tomismo, revigorado na própria Universidade de Paris, diga-se de passagem, pela ação de um dominicano, Pedro Cocker, a partir da qual se difunde o modo parisiense de ensinar e o apelo sistemático à autoridade de São Tomás de Aquino. No essencial, segundo aquela autora, o plano de estudos dos jesuítas reafirmou a orientação escolástica, colocando-se como instrumento de realização desse método no âmbito da educação.

Alves (2005), discorrendo sobre o papel das escolas jesuíticas no ensino secundário, diz que elas revelavam, na sua prática, uma ambivalência quanto à sua finalidade. Eram seminários que atuavam na linha do Concílio de Trento e, também, colégios para a formação de jovens da nobreza que miravam a formação acadêmica em nível superior, identificando-se fortemente com o método de ensino da Universidade de Paris, então conhecido como “o modo parisiense de ensinar” que, em princípio, não visava a qualquer tipo de especialização. O aprofundamento dos estudos em qualquer área dependia mais da capacidade do estudante do que de um acréscimo de conteúdo.

Não havendo preocupação com a especialização e assegurado um nível adequado de formação geral para todos, a partir daí as aptidões individuais se impuseram e obrigaram a uma divisão do trabalho que, de alguma forma, antecipou a racionalização das organizações manufatureiras nascentes. Daí a conclusão desse autor de que a manufatura capitalista

desenvolvida, caracterizada pela divisão do trabalho, tem essa dívida para com os colégios jesuítas. Ela não teria desabrochado sem aquela experiência.

O INATEL foi concebido, à época de sua fundação, como uma instituição de ensino e pesquisa pronta a responder de forma eficaz à demanda de uma economia marcada pela forte presença do Estado. A sua matriz acadêmica foi a então Escola Federal de Engenharia de Itajubá – EFEI, hoje Universidade Federal de Itajubá – UNIFEI, que fazia repercutir no seu campus o discurso dominante de uma economia nacional, estruturada à base do fortalecimento do seu mercado interno. O Estado, então presente em todos os setores da infraestrutura econômica, chamava a si não apenas o papel de articulador, senão que atuava mesmo como o ordenador do processo de desenvolvimento econômico por meio de empresas de capital misto, sobre as quais exercia o poder efetivo de gerência, com participação majoritária no seu capital social.

No plano da economia nacional estava lançada aí a semente de um empreendedorismo de base tecnológica induzido pelo governo e gravitando em torno de grandes empresas estatais, sob a inspiração acadêmica do Centro de Estudos Econômicos para a América Latina – CEPAL, sediado no Chile e promovido no Brasil por um grupo de engenheiros, economistas e sociólogos liderados por Celso Furtado. Ora, para um modelo de desenvolvimento econômico centrado numa atuação destacada do Estado, a formação de seus agentes na universidade brasileira teria que resgatar o melhor da experiência europeia, iniciada no pós-guerra, com a implantação de um capitalismo socialmente orientado.

As teorias do desenvolvimento econômico, elaboradas a partir dos anos 1980, enfatizando as ideias da preservação ambiental e da redução dos desníveis sociais, e tendo já em conta uma economia globalizada, contribuíram também para fortalecer um modelo de formação acadêmica que contemplasse de forma equilibrada conhecimentos técnicos e responsabilidade social. Em termos de uma proposição acadêmica para identificar a origem da linha discursiva do INATEL, sustentada no mote de “formar o homem para a engenharia”, criado entre as duas últimas décadas do século passado (*), são colocadas aqui duas hipóteses plausíveis:

A primeira é a de que esse mote tenha-se inspirado na orientação acadêmica dada pelos padres jesuítas ao curso de formação técnica em eletrônica oferecido pela Escola Técnica de Eletrônica, da qual tem-se originado em grande parte o alunado do INATEL, expressa em termos de uma “formação integral do homem, dentro de uma visão cristã do mundo.” A outra, que não colide com a primeira e pode, até mesmo, explicitá-la de alguma forma, é a de que a formação do agente de Estado, num ambiente de economia global e

mercados regionalizados, implica em dotar-lhe de uma acentuada visão crítica do mercado que lhe permita deslocar o mito do “homem econômico” do neoliberalismo focado exclusivamente nos seus interesses particulares, abrindo espaço para se pensar no “homem socialmente enraizado” da nova sociologia econômica. (*).

3.4 O empreendedorismo de base tecnológica

O que se propõe neste capítulo é uma leitura menos intimista do fenômeno da formação dos polos de tecnologia brasileiros, situando-o no contexto mais amplo das transformações socioeconômicas do país, para enfocá-lo na perspectiva das relações da universidade com o setor empresarial; um imperativo para se tentar uma leitura crítica da linha discursiva do empresariado nacional de base tecnológica, especificamente os que foram gerados e incubados pela universidade.

Antecipe-se a dificuldade de se separar totalmente as regiões discursivas da academia e do empresariado de base tecnológica, de vez que na quase totalidade das experiências brasileiras é a universidade que assegura a formação geral desses empreendedores, transmitindo-lhes, por suposto, os seus próprios valores. Mas é possível, sim, identificar no discurso desses empreendedores traços que lhes são rigorosamente peculiares e que deixam transparecer uma ideologia de classe que afronta valores da academia, sem que essa tenha oferecido contrapontos eficazes para neutralizá-los.

Para os pesquisadores do fenômeno dos parques e polos tecnológicos, a importância desses eventos reside na constatação de que, a partir de programas bem estruturados de formação profissional, os empreendedores e as empresas de base tecnológica que emergem nos campi da universidade de forma espontânea ou induzida têm muito que contribuir com os seus países na superação de seus desequilíbrios internos. Afinal, sendo por definição empresas inovadoras, podem e devem mesmo estender essa saga para o vasto campo de suas relações de negócio, interagindo com a sociedade organizada e se identificando com as suas demandas.

Esta é, também, uma questão central desta dissertação. Reconhecido, a priori, que projetos educacionais voltados para o desenvolvimento local ou regional não são acontecimentos inéditos, que todas as regiões industrializadas do mundo, umas mais, outras menos, registram iniciativas bem sucedidas nesse campo, há que se tentar uma aproximação consequente com outras experiências e detectar aí, primeiro, sinais que revelem a aceleração do processo de mudança e de intensificação da mobilidade social e, depois, mapear as particularidades e as similaridades de cada caso.

Os discursos presentes nas práticas relativas ao empresariado do Polo Tecnológico de Santa Rita do Sapucaí são marcados ideologicamente de maneira peculiar, não se ligando à realidade da formação acadêmica, às salas de aula da universidade. Representativa ainda de um capitalismo industrial de vocação tardia, ela deixa transparecer inconsistências significativas com o que se poderia chamar de um “habitat de inovação” na acepção mais ampla do termo.

Aderindo a uma prática gerencial que não guarda, necessariamente, relação com as disciplinas de formação geral das grades curriculares de suas instituições de ensino e pesquisa, *distanciam-se do núcleo orientador de seus discursos*, o da formação geral do homem dentro de uma visão cristã do mundo, o da formação do homem para a engenharia e o da formação de um executivo de negócios que seja, a um só tempo, profissional competente, portador de uma visão empreendedora e cidadão consciente.

Esse polo de tecnologia reúne hoje mais de 150 empresas de pequeno e médio portes, todas trabalhando com tecnologias de telecomunicações, informação e comunicação (TIC) que, no seu conjunto, faturam algo próximo a um bilhão e meio de dólares anualmente, aí incluídos cento e cinquenta milhões em exportações. Geram dez mil posições de trabalho, representando sessenta por cento (60%) da população economicamente ativa do município.

É significativa a sua contribuição à Balança de Pagamentos do país, menos pelo volume dos negócios e mais pela sinalização clara que dá para a sociedade brasileira da importância dos parques e polos tecnológicos para a redução da dependência externa do país. O faturamento das empresas brasileiras de base tecnológica representa, no seu conjunto, em grande parte, substituição de importações e aumento de exportações, reduzindo déficits ou gerando superávits nas relações de troca do Brasil com outros países. Da mesma forma, os impostos gerados nesse segmento industrial têm impacto altamente positivo no orçamento municipal, sobretudo pelos repasses dos governos da União e do Estado para investimentos sociais e de infraestrutura no município, seguindo-se daí uma lista de benefícios para a população.

A questão que se propõe aqui, todavia, é saber o quanto da realidade local está sendo revelada na linha discursiva desse empresariado e o quanto ela deixa transparecer do aparato ideológico que a sustenta, pertinente muito mais a um capitalismo de vocação tardia do que ao moderno capitalismo socialmente orientado de que nos falamos hoje as nações mais avançadas do mundo. A concentração de renda, que resulta em desigualdades sociais, pode ser percebida, no caso, *por dados da própria entidade corporativa desse segmento econômico*, a Associação Brasileira das Indústrias Eletroeletrônicas, ABINEE, que nos dá conta de uma

taxa média de lucratividade anual desse segmento, depois de pagos todos os impostos, em torno de dez pontos percentuais.

Tomando como referência que a média de sócios proprietários das empresas do Polo Tecnológico de Santa Rita seja de dois a três por empresa, portanto, um universo de quatrocentos e cinquenta empresários, estima-se que o lucro gerado por um faturamento de um bilhão e meio de dólares seja de, aproximadamente, cento e cinquenta milhões de dólares que, divididos pelos 450 empresários, asseguraria a cada um deles, em média, trezentos e trinta e três mil dólares anuais, além de suas retiradas mensais, a título de pró-labore. Mesmo tendo em conta o fato de que esse lucro não é retirado da empresa, e sim reinvestido em sua própria atividade, persiste aí o enorme desafio da concentração e da má distribuição da renda em ambientes ditos de alta tecnologia, persistindo, igualmente, o desafio da concentração do poder político nas mãos de muito poucos.

No ambiente acadêmico do caso em estudo, onde são geradas empresas de base tecnológica, o desafio não é menor, pelo contrário, o exame dos planos de negócios de alunos empreendedores que se candidatam às vagas oferecidas pela incubadora universitária desse polo revela uma tendência à compressão dos gastos com salários e benefícios e à maximização do lucro. Trata-se de algo preocupante por se tratar de projetos concebidos por alunos ainda em formação, que recebem orientação acadêmica em todas as fases do seu projeto, até a sua seleção para ingresso na Incubadora.

Pode estar havendo aí uma incompatibilidade da metodologia de ensino com os objetivos estratégicos do projeto pedagógico do curso e com os objetivos dos planos de ensino das disciplinas de formação geral desses jovens empreendedores. E como para as empresas típicas da economia da era do conhecimento o maior insumo é o talento, admite-se que essas empresas não são, tipicamente, de base tecnológica, ou que o discurso da universidade está perpassado, também, pela ideologia dominante dos donos do poder, assim referidos por Faoro (1977) em sua célebre obra de análise sociopolítica da realidade brasileira.

4.5 Emerge o Discurso Fundador

Há um momento em todo esse relato que, contrapondo-se ao discurso dominante da aristocracia rural que a sustentou hegemonicamente no poder, determinando meios e modos de orientar o crescimento e de estabelecer as urgências do município, emerge outro discurso, o do empresariado local, apoiado nas características diferenciadas do seu próprio negócio: empresas de pequeno porte que se servem do uso intensivo do conhecimento, espalhadas por

toda a cidade, fabricando e desenvolvendo produtos e serviços inovadores, com base em tecnologias de ponta e com plena aceitação por um mercado em crescimento.

Esses novos ricos, alguns bastante jovens ainda, à frente de negócios lucrativos e em franca expansão e consolidação, conquistam, em um primeiro momento, contingentes crescentes da mão de obra urbana disponível na periferia da cidade para, numa etapa seguinte, fazer um movimento seletivo de transferência de mão de obra rural para essa mesma periferia, atraindo, sobretudo, a sua população mais jovem, já alfabetizada nas escolas públicas rurais. Ao imprimirem mudança tão radical nesses dois ambientes, eles transformam o perfil do município, emprestando-lhe uma nova dimensão: a de uma economia industrial que, por via de consequência, promove melhoria na distribuição da renda do município e desconcentra o poder político, até então operado com exclusividade de forma hegemônica pela aristocracia rural.

A emergência de duas realidades distintas, conflitantes entre si, na mesma classe dominante: de um lado, o novo capitalismo, baseado no domínio do conhecimento, e de outro, um capitalismo clássico, mas ambos de acumulação e concentração de renda que se diferenciam apenas na forma de operar o fator trabalho, permite a formação de um discurso que converge, a um só tempo, para os interesses dos dois lados. Não importa se capitalismo liberal, neoliberal ou socialmente orientado, a questão da acumulação e da concentração é inerente ao seu sistema de produção.

O capital deve se reproduzir de forma cumulativa para a sua própria sustentação. Varia, evidentemente, em função da perspectiva em que se colocam os seus vários operadores. Apenas para ilustrar, recorro ao trabalho de Pierucci (2008) sobre a obra de Max Weber, que enfatiza a missão escatológica que a moral protestante emprestava ao capital e, por decorrência, ao lucro e à acumulação. Bem diferente, todavia, da perspectiva em que é operado em muitas circunstâncias como mero mecanismo de exercício de poder, para o qual lucro e acumulação são, igualmente, indispensáveis.

Por mais distantes que possam parecer as formas de acumulação e concentração do capital - e é isto que sugere o caso em exame -, quando se combinam os interesses de dois segmentos da mesma classe dominante, essa convergência recorre sempre à racionalidade da formação dos chamados discursos fundadores, para sustentar a forma de produção capitalista. À medida que os mecanismos de análise desses discursos se tornam mais precisos, mais transparentes se tornam também as consequências dessa convergência e da ideologia que a sustenta.

O discurso fundador do Polo Tecnológico de Santa Rita do Sapucaí estrutura-se a partir da emergência das posições-sujeito examinadas no decorrer deste capítulo e vai resgatar a sua originalidade na obra educacional de Sinhá Moreira, nas transformações sociais dela decorrentes, na emergência de novas lideranças políticas, na institucionalização de seus quadros acadêmicos e, finalmente, na arregimentação do empresariado de base tecnológica para a estruturação de um arranjo produtivo no qual o setor empresarial, a universidade e poder público interagem para continuar dando nada além daquilo que se pode esperar de um capitalismo de vocação tardia, ou seja, desigualdade social.

4 CONCLUSÃO

Mapear áreas de interesse e estabelecer procedimentos para levantamento e análise de dados e informações que permitam trabalhar com segurança os objetivos propostos nesta dissertação implica, necessariamente, em recorrer a outras fontes, que não as da própria municipalidade, e aceitar, à priori, certo grau de precariedade nas pesquisas, que deve ser mitigado com o expediente da tomada de depoimentos, a análise de agendas privadas e a busca de testemunhos de atores privilegiados, respaldados pela autenticidade do papel que têm desempenhado em todo esse processo de transformação social, iniciado com o movimento do empreendedorismo de base tecnológica nos anos 70 do século passado.

As transformações estruturais da economia local e regional vêm ocorrendo, paralelamente, à intensificação dos estudos sobre polos e parques tecnológicos em importantes centros e institutos de pesquisa do mundo ocidental. A título de ilustração, assumimos uma única referência a esse respeito, exatamente aquela cujos desdobramentos produziram efeitos nesta região. Referimo-nos, particularmente, aos estudos conduzidos por Porter, M.E, na Harvard Business School (*), que acabaram por influenciar as metodologias adotadas por grandes empresas de consultoria, nacionais e internacionais, para a abordagem de projetos de desenvolvimento local e regional.

Em 1999, a Federação das Indústrias de Minas Gerais, FIEMG, houve por bem chamar a si a responsabilidade de promover um mapeamento das potencialidades regionais em todo o estado de Minas Gerais, no âmbito de uma proposta de ação conjunta do governo estadual e dos vários setores da sociedade, para a elaboração um plano de desenvolvimento sustentado do Estado, baseado em competências geograficamente localizadas.

Anunciado e implantado sob a designação de Projeto Cresce Minas, sua estruturação foi confiada a uma grande empresa de consultoria de projeção internacional, a MacKinsey Consultores Internacionais, que concebeu e desenvolveu o procedimento de levantamento e sistematização de informações sobre as potencialidades regionais de Minas Gerais, com fundamentação teórica nos estudos de Porter, assumindo como uma de suas referências o chamado polo eletroeletrônico do Sul de Minas, formado pelas cidades de Itajubá, Pouso Alegre e Santa Rita do Sapucaí.

O Polo Tecnológico de Santa Rita do Sapucaí, como fenômeno localizado de integração da escola ao setor empresarial, além de ter transformado o perfil econômico do

município e da região, tal como documentado e relatado por essa empresa de consultoria, suplementado por diagnósticos elaborados e divulgados pelos órgãos técnicos da FIEMG e do Serviço Brasileiro de Apoio às Pequenas Empresas - SEBRAE (*), registra mudanças importantes no campo das relações sociais.

A questão que me propus nesta dissertação foi a de assumir a experiência de Santa Rita do Sapucaí, com a formação do seu Polo Tecnológico, para identificar as formações discursivas de seus grandes atores: a aristocracia rural, o poder público municipal, a academia e o empresariado de base tecnológica, checá-las com os dados da realidade local, estabelecendo as suas aproximações e distanciamentos, elencando, ao mesmo tempo, novas referências para o diálogo com os meus pares de academia, todos eles interessados em avaliar, regularmente, a efetividade dos projetos pedagógicos e planos de ensino, orientados para a formação geral de nossos alunos de engenharia.

5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Gilberto Luiz. **Origens da Escola Moderna no Brasil: A Contribuição Jesuítica – Educação e Sociedade**. Campinas: [s.n.], Vol. 26, n. 91, 2005.

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos Ideológicos de Estado**. Rio de Janeiro; Graal, 1998

FAORO, Raymundo. **Os Donos do Poder - Formação do Patronato Político Brasileiro**. Porto Alegre: Editora Globo, 1972

FONTES, Lilian. **Sinhá Moreira: Uma Mulher à Frente de seu Tempo**. Rio de Janeiro: Griphus, 1998.

GUEDES, Maurício. FÓRMICS, Piero. **A Economia Dos Parques Tecnológicos**. Brasília: ANPROTEC, 1997

HENRY, Paul. “A história não existe?”. In: ORLANDI, E. (org.) **Gestos de leitura**. Campinas: Ed. da Unicamp, 1992.

LINCH, Christian Edward. **História Constitucional, nº 12 – O movimento Oligárquico: A Construção Institucional da República Brasileira (1870-1891)**, p. 297-325. Disponível em: <<http://www.historiaconstitucional.com>> Acesso em 2011.

MANNHEIN, Karl. **Ideologia e Utopia**. In Bobbio Norberto e outros. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999.

MOTOYAMA, Shozo (Org.). **50 Anos do CNPq Contados pelos seus Presidentes**. São Paulo: FAPESP, 2002.

NUNES, Clarice. In **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro: 2000

ORLANDI, Eni Puccinelli (Org.) - **Discurso Fundador: A Formação do País e a Construção da Identidade Nacional**. Campinas: Pontes, 2003.

PÊCHEUX, Michel: **Delimitações, Inversões, Deslocamentos**. In Cadernos de Estudos Linguísticos 19: O Discurso e Suas Análises. Campinas. Editora UNICAMP, 1990.

_____ **Semântica e Discurso**. Campinas. Editora UNICAMP, 2009

QUEIROZ, Francisco Assiz - **A Revolução Microeletrônica: Pioneirismos Brasileiros e Utopias Tecnorrônicas**. FAPESP: São Paulo, 2007.

SEVCENKO, Nicolau. In: **A Revolução Microeletrônica: Pioneirismos Brasileiros e Utopias Tecnorrônicas**. São Paulo: FAPESP, 2007.

SPOLIDORO, R. **A sociedade do conhecimento e seus impactos no meio urbano**. In: PALADINO, Gina (org.), MEDEIROS, Lucília A.. (org.). Parques Tecnorrógicos e Meio Urbano: artigos e debates. Brasília: ANPROTEC, GTU International, 1997. p.11-54.

6 ANEXOS

6.1 A Imprensa Local, a Divulgação da Fundação das Escolas e a Morte de Sinhá Moreira

Jornal: Correio do Sul

Edições regulares dos anos de 1959, 1965 e 1961, em que são noticiadas, respectivamente, a criação da Escola Técnica de Eletrônica Francisco Moreira da Costa, ETE FMC, do Instituto Nacional de Telecomunicações – INATEL e da Faculdade de Administração e Informática de Minas Gerais, FAI MG, instituições de ensino e pesquisa em torno das quais se estruturou e se consolidou o Polo Tecnológico de Santa Rita do Sapucaí.

Jornal: O Correio

Edição de março de 1963, em que se noticia o falecimento de Luzia Rennó Moreira, Sinhá Moreira, fundadora da Escola Técnica de Eletrônica Francisco Moreira da Costa.

Paulo Frederico Toledo retoma a linha do Discurso Fundador de Sinhá Moreira e lança o Projeto “O Vale da Eletrônica”. Estrutura-se o movimento do Empreendedorismo de Base Tecnológica.

Jornal: Minas do Sul

Edições regulares de 1999 sobre o movimento do empreendedorismo.

Jornal: O Jornal de Santa Rita do Sapucaí

Edições de 1986 referentes à estruturação do Polo Tecnológico, à realização da 1ª Feira Industrial de Santa Rita do Sapucaí e à participação das empresas locais na Feira Nacional da ABINEE – Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica, realizada na cidade de Belo Horizonte.

6.2 A Repercussão do “Vale da Eletrônica” na Mídia Nacional.

Revista Informática, 1987

“Sul de Minas: Eletrônica em vez de leite e café?”

Tribuna de Minas, 1986

“Da produção rural à Indústria Eletrônica”

“Linear: Expressão 85 em Eletroeletrônica”

Jornal: Estado de Minas, 1985

“Consolida-se o polo de Sapucaí”

Diário do Comércio de Belo Horizonte, 1985

“Na Feira, a força do Interior”

Jornal do Brasil – Rio de Janeiro, 1986

“Linear faz da Copa e das Eleições aliados de vendas”

Jornal O Globo – Rio de Janeiro, 1986

“No pacato sul de Minas, o novo...”

Jornal O Estado de São Paulo, 1985

“Na velha cidade de...O moderno Vale da El..”

6.3 O Inatel na Comemoração dos 40 anos de Existência

INATEL – Sonho e Realidade – Santa Rita do Sapucaí - 2002

Edição comemorativa dos 40 anos de existência do INATEL, com depoimentos de membros da sua comunidade acadêmica.

6.4 INATEL – Incubadora de Empresas de Base Tecnológica

Análise da Relação entre Remuneração e Benefícios Pagos a Funcionários versus Pró-Labore pagos e Lucros distribuídos a sócios-proprietários.